

ACUMULAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NA CIDADE DE SÃO PAULO. Maria Gabriela Guillén Carías, Márcia Teixeira de Souza, Rodrigo Jorge de Lima, Jean Doniseti Bortolucci. – Ciências Sociais – Departamento Antropologia, Política e Filosofia –Faculdade de Ciências e Letras – Campus Araraquara.

O presente trabalho é parte integrante de uma pesquisa coletiva maior, na qual se pretende efetuar uma análise, no sentido sociológico, da violência e sua transformação na sociedade brasileira. Para tanto, o objetivo é estabelecer uma relação entre o que observou a análise acerca da acumulação e distribuição de renda na cidade de São Paulo – trabalho publicado em 1975 para Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo por vários cientistas brasileiros – e, a partir da atualização destes dados, examinar em que sentido as problemáticas reveladas através das mudanças e reposições dos índices e valores constatados podem apresentar uma relação estreita com o atual quadro de violência urbana.

Como proposição central o tema da acumulação e distribuição de capital, a análise demonstra a maneira pela qual se comportou o desenvolvimento da economia no município de São Paulo, entre 1968 e 1974, apontando um acelerado ritmo de crescimento, o qual não correspondeu a uma melhor distribuição de renda entre a população. Partindo dessa constatação, a análise percorrerá diversos indicadores que corroboram para o entendimento de um declínio nas condições de vida da maior parte da população, enquanto o ritmo de crescimento econômico atingia expressivas taxas de aumento.

Por desempenhar papel central para a discussão, a pesquisa se desenvolverá a partir dos critérios que, na época, orientaram as avaliações acerca das condições essenciais de vida da classe trabalhadora. Nesse sentido, rendimentos monetários auferidos pela classe trabalhadora e analisados com base no salário mínimo demonstrarão, desdobramentos de declínios flagrantes. Desta forma serão consultadas diversas bases de dados tais como: IBGE, DIEESE, SEADE, entre outras, onde serão procurados os diversos indicadores identificados no trabalho de 1975, tais como: crescimento econômico (PIB) do Estado de São Paulo, distribuição de renda em termos de salário mínimo; poder aquisitivo dos trabalhadores: inflação e declínio do salário real horas extras e seu crescimento (como compensação para o declínio do salário real); número de membros da família no mercado de trabalho (sobretudo mulheres e jovens, por necessidade de complementação da renda) e estrutura do consumo operário em São Paulo.

Tabela 11 Estrutura da despesa familiar Município de São Paulo 1958-1995 (em %)				
Itens de Despesa	1958	1969-70	1982-83	1994-95
Alimentação	45,0	39,0	28,1	27,4
Habitação	33,0	25,2	24,9	23,5
Transportes	2,0	8,8	19,3	13,6
Saúde	4,0	3,6	5,0	8,2
Vestuário	10,0	7,5	6,5	7,9
Educação e leitura	1,0	3,5	4,8	6,9
Equipamento doméstico	3,0	7,1	4,9	6,1
Despesas pessoais	1,5	5,2	4,7	4,0
Recreação	0,5	0,1	1,6	2,1
Despesas diversas	-	-	0,2	0,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE. PDF - Pesquisa de Orçamentos Familiares

Obs.: a) A estrutura da despesa familiar mostra como as famílias distribuem seus gastos. Este é um dos resultados das pesquisas de orçamentos familiares e serve de base para o cálculo do Índice de Custo de Vida do DIEESE

b) A estrutura da despesa das famílias nos anos de 1958, 1969-70 e 1982-83 foi ajustada à de 1994-95. A estrutura de 1958 só pode ser ajustada parcialmente, o que prejudica sua comparabilidade com as demais

O aumento do número de miseráveis e a diminuição da parcela de maior poder aquisitivo da população são panoramas generalizantes do ponto de vista da acumulação e distribuição de renda. As consequências se tornam perceptíveis na medida em que o impacto se traduz em dados capazes de aferir contornos nítidos a este processo, pelo qual, optou-se por pesquisar indicadores e que pudessem refletir as mudanças sociais e econômicas que tem acontecido nos últimos 30 anos. Entre estes indicadores podem ser citados a alteração do padrão de consumo como o crédito para o consumo, a distribuição dos trabalhadores nos setores da economia (economia informal, capacitação e flexibilização do mercado de trabalho (banco de horas, horas extra, terceirização, etc).

Desta forma, verifica-se uma tendência à concentração de renda devido à elevação da produtividade em detrimento da classe trabalhadora, a qual possui no processo de acumulação de capital uma maior exploração da sua força de trabalho para aquisição do necessário a sua subsistência. A tal situação de aviltamento do padrão de vida dos trabalhadores soma-se o agravamento dos problemas sociais oriundos desta conjuntura, os quais se afirmam com maior intensidade nas periferias das grandes cidades brasileiras.

Assim, trata-se de examinar como as transformações ocorridas na economia brasileira incidiram sobre a realidade desta parcela significativa da população, principalmente sobre a questão da pobreza e violência. Para tanto, busca-se confrontar o padrão de vida experimentado pelos trabalhadores em dois períodos distintos: os anos compreendidos pela obra *São Paulo: 1975 Crescimento e Pobreza* (1968 a 1974), momento no qual a economia brasileira ingressou numa fase de crescimento expressivo; e os últimos quatro anos que concluem o passar de três décadas da publicação da obra, trazendo a luz dados e fatores mais atuais que possam estar influenciando no fenômeno da violência.

Referências Bibliográficas

BURGOS, M. B. *Cidade, Territórios e Cidadania*. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 48, nº 1, p. 189 – 222, 2005.

DIEESE. *Anuário dos trabalhadores: 2005*. 6ª edição. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. – São Paulo, 2005. Disponível em <http://www.dieese.org.br>

KOWARICK, L.(et.alli.) *São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza*. São Paulo: Edições Loyola, 1975.